

**Excelentíssimo Senhor
Conselheiro Relator ROBERTO BRAGUIM**

Trata o presente de acompanhamento para verificar se a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) atendeu aos artigos 48, 48-A, 52, 53, 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que tratam dos Demonstrativos Fiscais e transparência das informações, no 1º quadrimestre de 2021.

Os demonstrativos em questão são anexos integrantes do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), cujos modelos estão previstos na 11ª edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovada pela Portaria STN nº 375/20.

1. PUBLICAÇÕES DA LRF

1.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

A publicação do RREO é realizada bimestralmente, sendo seu prazo legal de até trinta dias após o encerramento de cada período de correspondência¹. Os demonstrativos foram publicados tempestivamente, como segue:

Quadro 01 - Publicações RREO 1º e 2º bimestres de 2021

Bimestre/2021	1º	2º
Prazo legal para publicação	30.03	30.05
Data de Publicação (DOC)		
Art. 52 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
Inciso I, alíneas "a" e "b" - Balanço Orçamentário	26.03	29.05
Inciso II, alíneas "a", "b" e "c" - Dem. de receitas e despesas	26.03	29.05
Art. 53 - Demonstrativos que acompanham o relatório		
Inciso I - Receita Corrente Líquida (artigo 2º, IV)	26.03	29.05
Inciso II - Receitas e Despesas Previdenciárias*	26.03	29.05
Inciso III - Resultados Primário e Nominal	26.03	29.05
Inciso V - Restos a Pagar	26.03	29.05
Art. 48 - Versões simplificadas dos Demonstrativos	26.03	29.05
Tabela 13 MDF - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas Portaria STN nº 375/20	26.03	29.05

Fonte: DOCSP de 26.03.21 (p. 73/74 e 76) e 29.05.21 (p. 55/56 e 59).

Obs.: * Demonstrativo Publicado pelo Instituto de Previdência Municipal (IPREM).

¹ CF/88, art. 165, § 3º. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

LRF, art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre [...].

O demonstrativo do RREO relativo aos Resultados Primário e Nominal é objeto de acompanhamento específico. O exame dos demais demonstrativos não revelou impropriedades.

1.2. Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

A publicação do RGF é realizada quadrimestralmente, sendo seu prazo legal de até trinta dias após o encerramento de cada período de correspondência². Os demonstrativos do RGF foram publicados tempestivamente:

Quadro 02 - Publicações RGF do 1º quadrimestre de 2021

Quadrimestre/2021	1º	
Prazo legal para publicação	30.05	
Art. 55 - Relatório de Gestão Fiscal	Data de Publicação (DOCSP)	Republicação devido a ajustes (DOCSP)
Inciso I - Comparativo de Limites		
alínea "a" – Despesas com Pessoal	30.05	03.06
alínea "b" – Dívida Consolidada	30.05	03.06
alínea "c" – Concessão de Garantias e Contragarantias (e art. 40, § 1º)	30.05	03.06
alínea "d" – Operações de crédito	30.05	03.06
Inciso II - Indicação de Medidas Corretivas para Limite Ultrapassado	-	-
Art. 48 – Demonstrativo Simplificado	30.05	03.06

Fonte: DOCSP de 29.05.21 (p. 57/58) e 03.06.21 (37/41).

Os demonstrativos do RGF relativos às Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada, Concessão de Garantias e Contragarantias e Operações de Crédito são objeto de acompanhamentos específicos. O exame do Demonstrativo Simplificado não revelou impropriedades.

2. DIVULGAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO

A transparência da gestão fiscal, por meio da divulgação de informações da execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos, foi prevista nos artigos 48³ e 48-A⁴ da LRF.

² LRF, art. 55, § 2º. O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

³ Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º A transparência será assegurada também mediante

I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e

III - adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

2.1. Instrumentos de Planejamento

Em consulta realizada em 03.06.21, verificou-se que os Planos Plurianuais (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) estavam disponíveis na página da Secretaria da Fazenda da PMSP⁵.

No Portal da Transparência da PMSP⁶, também se verificou a disponibilidade desses produtos.

Verificou-se também que foram realizadas audiências públicas nos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento⁷, em atendimento ao art. 48, § 1º, inc. I da LRF.

2.2. Demonstrativos da LRF

Em 04.06.21, constatamos que os demonstrativos do RREO, referentes aos 1º e 2º bimestres de 2021, e do RGF, referentes ao 1º quadrimestre de 2021, estavam disponíveis na página da Secretaria da Fazenda⁸ e no Portal da Transparência da PMSP⁹, em conformidade com o art. 48, caput, e o art. 55, § 2º, da LRF¹⁰.

2.3. Despesa e Receita

O Portal da Transparência da PMSP¹¹ disponibiliza os dados exigidos referentes à execução orçamentária da despesa (por fonte, elemento, classificação funcional programática, institucional e por grupo de natureza da despesa), em atendimento aos arts. 48, § 1º, inc. II e art. 48-A, inciso I, da LRF. Quanto ao requisito da informação em “tempo real”, constatou-se que os valores são consolidados no Portal da Transparência até o dia anterior à data de emissão do relatório.

⁴ Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I - quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II - quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

⁵ <http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/>. Acesso em 03.06.21.

⁶ <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/despesas/>. Acesso em 18.06.21.

⁷ PPA 2018-2021 (18.10.17), LDO 2022: audiência pública virtual em 13.05.21 (<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/projeto-da-ldo-de-2022-e-debatido-em-audiencia-publica-da-comissao-de-financas/>), LOA 2022: audiências públicas virtuais ocorridas de 10 a 30 de abril

<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-divulga-calendario-de-audiencias-publicas-virtuais>. Acesso em 18.06.21.

⁸ <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas/index.php?p=19017>. Acesso em 04.06.21.

⁹ <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/relatorios-orcamentarios/lei-de-responsabilidade-fiscal-lrf/>. Acesso em 04.06.21.

¹⁰ Art. 55, § 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

¹¹ <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/despesas/>. Acesso em 04.06.21.

Em relação às informações relativas aos contratos e convênios, o portal da transparência encaminha para a página da e-Negócios Cidade de São Paulo¹², onde é possível obter informações a respeito de processos de compras e licitações em andamento. Não foi possível encontrar informações exigidas pelo inciso I do art. 48-A (número do processo administrativo, bens fornecidos, serviços prestados, beneficiários do pagamento e procedimento licitatório realizado) a respeito de contratos e convênios já firmados e em execução, em desacordo aos arts. 48, § 1º, inc. II e art. 48-A, inciso I, da LRF.

Em acesso ao Portal da Transparência¹³ em 04.06.21, verificou-se que estão disponibilizadas informações da receita por natureza, por instituição e mensal, em conformidade ao art. 48, § 1º, inc. II e art. 48-A, inciso II, da LRF. Os valores de receita e despesa são consolidados no Portal da Transparência até o dia anterior à data de emissão do relatório.

¹² <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contratos-convenios-e-compras-publicas/> . Acesso em 04.06.21.

¹³ <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/receitas/> . Acesso em 04.06.21.

3. CONCLUSÃO

Realizado o acompanhamento da publicidade dos demonstrativos do RREO referentes ao 1º e 2º bimestres e dos demonstrativos do RGF referentes ao 1º quadrimestre de 2021, concluímos pelo atendimento das exigências legais destes demonstrativos. Além disso, verificamos que a elaboração e a divulgação dos referidos demonstrativos estão em conformidade com os modelos estruturais apresentados na 11ª edição do MDF.

3.1. Em relação à divulgação em meio eletrônico, não foram identificadas as informações exigidas pelo inciso I do art. 48-A (número do processo administrativo, bens fornecidos, serviços prestados, beneficiários do pagamento e procedimento licitatório realizado) a respeito de contratos e convênios já firmados e em execução, em desacordo aos arts. 48, § 1º, inc. II e art. 48-A, inciso I, da LRF (subitem **2.3**).

Sugerimos que o relatório seja encaminhado à Secretaria da Fazenda e à Controladoria Geral do Município para manifestação quanto ao apontamento **3.1**.

Em 18.06.21

FERNANDA GALVÃO BONILHA
Agente de Fiscalização

RUTH JENN T. S. INOSHITA
Agente de Fiscalização

GUSTAVO FELIPE RIPPER C. T. DE SOUZA
Supervisor de Equipes de Fiscalização e
Controle 1

MARCOS THULYO TAVARES
Coordenador Chefe de Fiscalização e
Controle I

LÍVIO MÁRIO FORNAZIERI
Subsecretário de Fiscalização e Controle